

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

166 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 22 a 26/05/2023

1. ATIVIDADES DAS COMISSÕES DO PE	1
TRAN	1
AFCO	1
AFET	1
2. ELEIÇÕES EUROPEIAS	2
3. NEXT GENERATION EU, REPOWER EU - PORTUGAL	2
4. PACOTE PRIMAVERA SEMESTRE EUROPEU	2
5. COMISSÃO EUROPEIA UNIÃO MERCADO CAPITAIS	3
6. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	4
Conselho (Competitividade)	4
Conselho dos Negócios Estrangeiros	4
Conselho dos Negócios Estrangeiros (Defesa)	4
Conselho Espaço Económico Europeu	4
Conselho dos Negócios Estrangeiros (Comércio)	5
7. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	5
Parlamento Europeu	5
Comissão Europeia	5
Conselho da União Europeia	5

1. ATIVIDADES DAS COMISSÕES DO PE

TRAN

A [Comissão dos Transportes e do Turismo organizou uma reunião interparlamentar subordinada ao tema «Atingir os objetivos do setor dos transportes da iniciativa "Fit for 55" a nível nacional - oportunidades e desafios»](#), que contou com a participação de uma delegação da Assembleia da República composta pela Deputada Jamila Madeira (PS), da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Carlos Pereira (PS), da Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação, e Deputados Hugo Martins de Carvalho (PSD) e Duarte Alves (PCP), da Comissão de Ambiente e Energia.

Da agenda da reunião constavam duas sessões de debate: *Descarbonizar o transporte rodoviário - a implantação de infra-estruturas de carregamento de combustíveis alternativos* e *Descarbonizar setores difíceis - transporte marítimo e aéreo - como impulsionar a adoção de combustíveis sustentáveis e manter a acessibilidade e a competitividade?*. Em ambos os painéis as primeiras intervenções pertenceram aos relatores do Parlamento Europeu responsáveis pelas iniciativas *alternative fuels infrastructure (AFIR)*, *FuelEU Maritime* e *RefuelEU Aviation*, assim como aos oradores de alguns Parlamentos nacionais selecionados, seguindo-se o debate entre os membros dos Parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu presentes.

A informação sobre esta reunião encontra-se disponível [aqui](#), assim como o respetivo [vídeo](#).

AFCO

A Comissão de Assuntos Constitucionais, tendo em conta as propostas da [Conferência sobre o Futuro da Europa](#), apresentou as suas recomendações sobre a forma de aumentar a flexibilidade da UE para superar os desafios. Estas recomendações giram em torno das [cláusulas "passerelle"](#), ou seja, o mecanismo através do qual os países da UE podem tomar decisões por maioria qualificada em vez de unanimidade em domínios políticos específicos, e que inclui o seguinte: o Conselho deve passar o mais rapidamente possível à votação por maioria qualificada (VMQ) e aos processos legislativos ordinários em domínios políticos fundamentais e abandonar a unanimidade nos domínios em que os Tratados já prevêem a utilização da VMQ; utilizar o "potencial inexplorado" do Tratado de Lisboa que o mecanismo representa, deixando de o utilizar como desculpa para adiar um debate construtivo sobre as alterações ao Tratado; e rever os Tratados da UE para que a ativação das cláusulas-ponte não exija a unanimidade.

AFET

A Comissão dos Assuntos Externos adotou um [relatório congratulando o empenho firme da Albânia na integração na UE](#), observando que este é um reflexo do consenso entre os partidos políticos e do apoio esmagador dos cidadãos. Os deputados congratularam-se com o início das negociações de adesão com a Albânia e apelaram ao país para que mantenha a sua atenção na agenda de reformas da UE, instando o governo a intensificar os seus esforços no sentido de reforçar o funcionamento do Estado de direito, do sistema judicial, do combate à corrupção e à criminalidade organizada, assegurando a liberdade dos meios de comunicação social, garantindo os direitos fundamentais e os direitos das minorias. Foi ainda referido que os critérios de adesão à UE devem ser cumpridos o mais tardar em 2030, que o governo deve trabalhar em conjunto com a oposição nas reformas da UE e que a liberdade de expressão e a liberdade dos meios de comunicação social estão a deteriorar-se.

2. ELEIÇÕES EUROPEIAS

O Conselho confirmou esta semana que as [próximas eleições para o Parlamento Europeu terão lugar entre 6 e 9 de junho de 2024](#), embora Portugal tenha sugerido a sua alteração pela proximidade ao feriado do dia 10 de junho e a possibilidade de aumento da abstenção.

Estas são as datas aplicáveis nos termos do Ato Eleitoral da UE, que determina que as eleições para o Parlamento Europeu se realizam de cinco em cinco anos, de quinta-feira a domingo, normalmente na primeira semana completa de junho. As datas foram confirmadas após trocas de pontos de vista nas instâncias preparatórias do Conselho.

Os Estados-Membros determinarão agora, de acordo com os respetivos quadros jurídicos e constitucionais, a data ou as datas, nesse período compreendido entre 6 e 9 de junho de 2024, em que se realizarão as eleições no seu país.

A [Presidente do Parlamento Europeu](#) havia já referido a este respeito: «*Encorajo todos a reconquistar o sentido de esperança e de possibilidade que a União Europeia oferece. Vote. Não deixe que outros escolham por si. Faça parte do maior exercício democrático na Europa.*».

3. NEXT GENERATION EU, REPOWER EU - PORTUGAL

[Portugal apresentou à Comissão um pedido de alteração do seu Plano de Recuperação e Resiliência, ao qual pretende também acrescentar um capítulo sobre o REPowerEU](#). Este capítulo inclui 6 reformas e 18 investimentos, centrados na eficiência energética dos edifícios, nas energias renováveis e no biogás, nos transportes sustentáveis, na rede elétrica e na indústria ecológica. Propõe ainda a inclusão de 31 investimentos novos ou ampliados e 5 novas reformas. Estas dizem respeito à simplificação do sistema de benefícios fiscais, aos incentivos à economia circular e ao reforço do acesso digital aos serviços públicos.

Este pedido de alteração surge na sequência da [revisão](#) em alta da sua dotação máxima de subvenções no âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), de 13,9 mil milhões de euros para 15,5 mil milhões de euros, e que faz parte da [atualização](#) de junho de 2022 da chave de repartição das subvenções do MRR.

Esta proposta faz com que o PRR passe a ascender a 22,2 mil milhões de euros.

A Comissão dispõe de um prazo máximo de dois meses para avaliar se o plano alterado cumpre os critérios de avaliação previstos no Regulamento MRR.

4. PACOTE PRIMAVERA SEMESTRE EUROPEU

A [Comissão Europeia apresentou o seu pacote da primavera do Semestre Europeu](#), por forma a construir uma economia sólida e preparada para o futuro que garanta a competitividade e a prosperidade a longo prazo para todos, face a um ambiente geopolítico difícil, e que exige uma abordagem integrada em todos os domínios de intervenção: promoção da sustentabilidade ambiental, produtividade, equidade e estabilidade macroeconómica.

A comunicação da Comissão refere que a economia europeia continua a demonstrar resiliência num contexto mundial difícil e faz referência às [previsões económicas da primavera de 2023](#), de que demos nota na síntese da semana passada. Refere-se ainda à execução eficaz do Mecanismo de Recuperação e Resiliência e da política de coesão, vetores cruciais de uma economia sólida e preparada para o futuro, devendo os Estados-Membros continuar a dinâmica da execução dos seus planos e avançar com a rápida execução dos programas da política de coesão.

No que diz respeito às [recomendações específicas por país](#), estas dividem-se em quatro pilares: **(1)** uma recomendação relativa à política orçamental, incluindo reformas orçamentais-estruturais, se for caso disso; **(2)** uma recomendação no sentido de prosseguir ou acelerar a execução dos planos nacionais de recuperação e

resiliência, incluindo as suas revisões e a integração dos capítulos REPowerEU, tendo em conta os potenciais riscos de execução específicos por país, e de executar rapidamente os programas da política de coesão adotados; **(3)** uma recomendação atualizada e mais específica sobre a política energética, em consonância com os objetivos REPowerEU; **(4)** se for caso disso, uma recomendação suplementar relativa aos desafios estruturais pendentes e/ou emergentes.

No âmbito das **orientações orçamentais**, após o período da cláusula de derrogação, a Comissão formulou uma vez mais [recomendações quantificadas e diferenciadas com base na situação de cada país em matéria de política orçamental](#): os Estados-Membros que atingiram o seu objetivo orçamental de médio prazo são convidados a manter uma situação orçamental sólida em 2024; os outros Estados-Membros são convidados a assegurar uma política orçamental prudente; todos os Estados-Membros devem preservar os investimentos públicos financiados a nível nacional e assegurar a absorção efetiva das subvenções concedidas ao abrigo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência; todos os Estados-Membros devem atenuar as medidas de apoio à energia em vigor até ao final de 2023; para o período pós-2024, os Estados-Membros devem continuar a prosseguir uma estratégia orçamental de médio prazo de consolidação gradual e sustentável, combinada com investimentos e reformas conducentes a um maior crescimento sustentável, a fim de alcançar uma situação orçamental prudente a médio prazo.

A Comissão elaborou ainda um relatório nos termos do artigo 126.º, n.º 3, do Tratado sobre o Funcionamento da UE para [16 Estados-Membros](#) (nos quais não se inclui Portugal), por forma a analisar o **cumprimento dos critérios relativos ao défice e dívida**, concluindo que França, Itália e Finlândia não cumprem o critério relativo à dívida. Foi ainda avaliada a existência de **desequilíbrios macroeconómicos** em 17 Estados-Membros, concluindo que a Alemanha, Espanha, França, Países Baixos, Portugal, Roménia e Suécia continuam a registar desequilíbrios (embora no caso da Alemanha, Espanha, França e Portugal as vulnerabilidades estejam a diminuir e a continuação desta tendência no próximo ano permita uma decisão de ausência de desequilíbrios) e Grécia e Itália continuam a registar desequilíbrios excessivos. Os **relatórios de supervisão pós-programa** relativos à Irlanda, Grécia, Espanha, Chipre e [Portugal](#) concluem que os cinco Estados-Membros mantêm a capacidade de reembolsar a sua dívida.

Por fim, e no que se refere ao **emprego**, a Comissão propôs [orientações para as políticas de emprego](#) dos Estados-Membros em 2023, que estabelecem prioridades comuns para as políticas sociais e de emprego nacionais, a fim de as tornar mais justas e inclusivas.

5. COMISSÃO EUROPEIA | UNIÃO MERCADO CAPITAIS

Foi adotado pela Comissão Europeia um [pacote para os investimentos de retalho que coloca os interesses dos consumidores no centro do investimento de retalho](#), com o objetivo de capacitar os pequenos investidores (ou seja, os investidores «consumidores») para tomarem decisões de investimento que estejam em consonância com as suas necessidades e preferências, assegurando que são tratados de forma justa e devidamente protegidos, reforçando a sua confiança para investirem de forma segura no seu futuro e tirarem pleno partido da União dos Mercados de Capitais da UE.

As medidas desta pacote incluem:

- Melhorar a forma como a **informação sobre produtos e serviços de investimento** é prestada aos pequenos investidores, de uma forma mais pertinente e normalizada;
- Aumentar a **transparência e a comparabilidade dos custos**;
- Assegurar que todos os clientes não profissionais recebam, pelo menos anualmente, uma **visão clara do desempenho dos investimentos da sua carteira**;
- Prevenir potenciais **conflitos de interesses** na distribuição de produtos de investimento;

- **Proteger os pequenos investidores** contra as práticas comerciais enganosas;
- Garantir **elevados padrões de qualificações** profissionais para os consultores financeiros;
- **Capacitar os consumidores** para tomarem melhores decisões financeiras;
- **Reduzir os encargos administrativos** e melhorar a acessibilidade dos produtos e serviços;
- Reforçar a **cooperação em matéria de supervisão**.

Este pacote abrange todo o percurso de investimento do consumidor, consistindo numa diretiva de alteração, que revê as regras em vigor da Diretiva Mercados de Instrumentos Financeiros (MiFID II), da Diretiva Distribuição de Seguros (IDD), da Diretiva relativa aos organismos de investimento coletivo em valores mobiliários (OICVM), da Diretiva Gestores de Fundos de Investimento Alternativos (DGFIA) e da Diretiva relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício (Solvência II), bem como num regulamento de alteração, que revê o Regulamento Pacotes de Produtos de Investimento de Retalho e de Produtos de Investimento com base em Seguros (PRIIP).

6. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Conselho (Competitividade)

No âmbito do [mercado interno e indústria](#), os ministros aprovaram o regulamento relativo às máquinas, adotaram posição sobre o regulamento da conceção ecológica e debateram os seguintes dossiês: Competitividade a longo prazo, Regulamento Indústria de Impacto Zero, Os 30 anos do mercado único e o seu futuro, Regulamento Matérias-Primas Críticas. Na parte sobre [investigação](#), o Conselho adotou conclusões sobre a publicação académica de elevada qualidade, transparente, aberta, fidedigna e equitativa, nas quais apela ao livre acesso imediato e sem restrições às publicações de investigação que envolvam financiamento público. No que respeita ao [espaço](#), foram adotadas conclusões sobre a "Utilização justa e sustentável do espaço".

Conselho dos Negócios Estrangeiros

Foram trocados pontos de vista sobre a [agressão da Rússia contra a Ucrânia, a abordagem da UE para o corno de África, a situação na Tunísia e adotadas conclusões](#) sobre o Pacto sobre a Vertente Civil da PCSD e o défice de financiamento humanitário. O Conselho lançou ainda a Missão de Parceria da UE na República da Moldávia (EUPM Moldávia) e chegou a acordo sobre um oitavo pacote de sanções por violações dos direitos humanos no Irão.

Conselho dos Negócios Estrangeiros (Defesa)

[Foi debatido](#) o apoio da UE à Ucrânia, com destaque para a situação no terreno (trabalho da Missão de Assistência Militar da UE de apoio à Ucrânia, Mecanismo Europeu de Apoio à Paz, 8.º pacote de apoio, pacote de ajuda para munições). Os ministros debateram ainda de forma geral os compromissos assumidos pela UE no quadro da sua Política Comum de Segurança e Defesa e foram aprovadas conclusões sobre a política de ciberdefesa da UE e decisões que confirmam a participação da Dinamarca na cooperação estruturada permanente (CEP) e acrescentam 11 novos projetos à lista dos projetos CEP existentes.

Conselho Espaço Económico Europeu

O [Conselho do EEE](#) debateu o funcionamento global do Acordo EEE e realizou um debate de orientação consagrado ao tema "Reforçar a competitividade a longo prazo no mercado interno, face aos desafios mundiais".

Conselho dos Negócios Estrangeiros (Comércio)

O [Conselho](#) fez o ponto da situação sobre as principais questões das relações comerciais entre a UE e os EUA e as perspetivas para o diálogo continuado da UE com os EUA, centrando a atenção no Conselho de Comércio e Tecnologia UE-EUA (CCT). Foi realizado um debate sobre as relações comerciais entre a UE e a China e aprovada a renovação da liberalização temporária do comércio e de outras concessões comerciais à Ucrânia.

7. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Na próxima semana, os trabalhos no Parlamento Europeu serão dedicados às atividades das comissões parlamentares, dos grupos parlamentares e à mini-sessão plenária em Bruxelas, com [destaque para os seguintes temas](#): *eleições europeias e interferência estrangeira; munições para a Ucrânia; diligência devida das empresas; Estado de direito na Hungria.*

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) será no dia [31 de maio](#), destacando-se os debates relativos ao *organismo inter-institucional de ética e proteção transfronteiriça de adultos vulneráveis*.

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se:

- 30.05: [Conselho \(Agricultura e Pescas\)](#); [Conselho dos Assuntos Gerais](#)
- 01.06: [Reunião da Comunidade Política Europeia](#); [Conselho Transportes, Telecomunicações e Energia \(Transportes\)](#)
- 02.06: [Conselho \(Transportes, Telecomunicações e Energia\) sobre Telecomunicações](#)

Bruxelas | 26 de maio de 2023

Para mais informações: [Catarina Ribeiro Lopes](#), Representante Permanente da AR junto da UE e [Bruno Dias Pinheiro](#), Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).